

## MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

Câmara Municipal

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO 2006

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### I – INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2, art. 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo municipal vem apresentar os documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano económico de 2006.

A Prestação de Contas encontra-se elaborada de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/09, com as respectivas alterações, e na Resolução n.º 4/2001-2ª. Secção, do Tribunal de Contas. Para acompanhar estes documentos elaboramos o presente relatório nos termos do ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Conforme dispõem os diplomas referidos, apresentam-se num único volume os mapas e anexos evidenciados no índice.

De seguida passaremos a analisar, de acordo com as normas em vigor, as informações referentes ao exercício de 2006, da forma que se evidencia:

- II - A situação económica
- III - Indicadores da situação financeira
- IV - Evolução das dívidas nos últimos 3 anos, de curto, médio e longo prazos a terceiros
- V - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício
- VI - Factos Relevantes ocorridos após o termo do Exercício

## II – SITUAÇÃO ECONÓMICA

No ano de 2006 registaram-se os seguintes níveis de execução:

	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
<i>Correntes</i>	3.051.096,61 €	3.075.023,29 €
<i>Capital</i>	1.359.486,44 €	1.354.478,54 €
<b>Total</b>	<b>4.410.583,05 €</b>	<b>4.429.501,83€</b>

	<u>Valores</u>
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes	- 23.926,68 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital	+ 5.007,90 €
Diferença Total	- 18.918,78 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2005	37.298,26 €
<b>Saldo do Exercício de 2006</b>	<b>18.379,48 €</b>

Como se constata, as despesas correntes foram superiores em 23.926,68 € em relação às receitas correntes, não se verificando por isso o que se encontra estipulado na Lei. Embora não seja uma situação preocupante, até porque foram já adoptadas e introduzidas medidas correctivas neste exercício de 2007, este diferencial é perfeitamente admissível e compreensível à luz do aumento da despesa corrente resultante nomeadamente, das Actividades Mais Relevantes (AMR) em que a Cultura e o Desporto tem um peso determinante, tendo como consequência um aumento de despesas de funcionamento, mas que reflectem o enquadramento estratégico da gestão autárquica nestas áreas.

No que se refere aos movimentos de capital, as receitas foram superiores às despesas em 5.007,90 €.

Face ao exposto resultou um diferencial total para menos de 18.918,78 €, pelo que houve necessidade de utilizar parte do saldo transitado do exercício de 2005, originando assim um saldo em dinheiro na gerência de 2006 de **18.379,48 €**.

O grau de execução da despesa foi de 64,13%, referindo-se que a nível das despesas correntes atingimos 78,86% contra apenas 45,03% nas despesas de capital pelo que concluímos que não foram efectuados alguns pagamentos referentes a fornecedores de imobilizado em virtude de até final do ano de 2006, o Município não ter recebido as comparticipações espectáveis de alguns investimentos. Este facto também originou um decréscimo no grau de execução das receitas de capital que se situaram nos 41,24%. No entanto nas receitas correntes a execução ultrapassou os 80,5%, valor elucidativo do rigor com que se efectuaram as previsões da receita corrente.

Nas Grandes Opções do Plano o nível de execução global foi de 57,41 % dos objectivos programados a médio prazo (4 anos). No que se refere aos montantes executados no ano de 2006, num total de 1.692.190,36 € a obra de construção da Biblioteca Municipal absorveu quase 20% dessa verba com 322.401,60 €. Nos programas e investimentos realizados nas áreas da Cultura, Desporto e Tempos Livres e no que se refere a despesas directas, foram dispendidos mais de 800 mil euros.

No entanto todas as outras áreas continuaram a merecer a nossa atenção, designadamente ao nível da educação, acção social, saneamento, resíduos sólidos e higiene pública onde existe uma constante preocupação deste Município em melhorar os serviços prestados aos munícipes.

Para concluir, também é legítimo inferir que a conjuntura que o país atravessou e continuará a atravessar ao longo dos próximos anos, se repercute na execução das GOP (Grandes Opções do Plano), elemento primordial e estruturante das políticas macro económicas da Autarquia, bem como do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e das AMR (Actividades Mais Relevantes).

## ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – IMOBILIZADO

### 1- BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO

Conta		Peso %	
		2005	2006
453	Outras construções e infra-estruturas	0,14	0,17
459	Outros bens do domínio público	24,00	23,30

### 2- IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

431	Despesas de instalação	0,130	0,252
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,064	0,069
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,003	0,004
443	Imobilizações em curso	0,057	0,055

### 3- IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

421	Terrenos e recursos naturais	8,16	7,86
422	Edifícios e outras construções	20,22	19,67
423	Equipamento básico	3,73	5,34
424	Equipamento de transporte	1,48	1,57
425	Ferramentas e utensílios	0,40	0,43
426	Equipamento administrativo	2,56	2,50
429	Outras imobilizações corpóreas	2,37	2,89
442	Imobilizações em curso	34,47	33,73
448	Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas	0,88	0,87

### 4- INVESTIMENTOS FINANCEIROS

411	Partes de Capital	1,34	1,29
	Total	100,00	100,00

A análise à estrutura do investimento com base nos indicadores aqui referidos permite evidenciar a similitude de valores em comparação com o exercício de 2005, o que revela consistência na gestão da autarquia.

Por conseguinte e como é natural, a estrutura do investimento municipal com maior peso continua a verificar-se nas Imobilizações Corpóreas, representando 74,86 % da estrutura total.

## CUSTOS E PROVEITOS

### CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no exercício de 2006 é o seguinte:

		%	
61	Custo das matérias consumidas		1,70
62	Fornecimentos e serviços externos		21,86
	Custos com Pessoal:		
641 + 642	Remunerações	42,15	
643 + 648	Encargos sociais	9,49	51,64
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais		4,19
65	Outros custos e perdas operacionais		0,20
66	Amortizações do Exercício		16,89
67	Provisões do Exercício		0,03
68	Custos e perdas Financeiras		0,83
69	Custos e perdas Extraordinárias		2,66
			100,00

Os custos com pessoal representaram 51,64% da estrutura de custos. A nível de remunerações verificou-se um ligeiro decréscimo em relação a 2005 (42,56% para 42,15%) no entanto registou-se um aumento significativo nos encargos sociais, que passou de 7,51% em 2005 para 9,40% no exercício de 2006. As amortizações em exercício representaram uma percentagem de apenas 16,89% enquanto os fornecimentos e serviços externos foram cerca de 22%, valor idêntico ao verificado em 2005, o que nós consideramos aceitável, devido aos custos associados a várias estruturas e investimentos existentes no nosso concelho colocados à disposição dos munícipes.

### PROVEITOS

		%	
71	- Vendas e prestações de serviços.....		12,29
72	- Impostos e taxas.....		14,67
74	- Transferências e subsídios obtidos.....		72,20
78	- Proveitos e ganhos financeiros.....		0,79
73+79	- Proveitos suplementares e ganhos extraordinários..		0,05
			100,00

Este quadro evidencia a dependência face às receitas provenientes das transferências (72,20%) já que aqui se englobam as verbas dos fundos comunitários e as transferências provenientes da aplicação da Lei das Finanças Locais (Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal). No Exercício de 2005 esta dependência foi de 69,80%, verificando-se assim um ligeiro aumento equivalente a pouco mais de cinco mil euros.

### **III – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

#### **RÁCIOS DE LIQUIDEZ – LIQUIDEZ GERAL**

Activo circulante/Passivo circulante

O grau de liquidez geral é sensivelmente de 14% valor ligeiramente inferior ao verificado no ano de 2005 e revela a grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.

#### **RÁCIOS DE ALAVANCA FINANCEIRA**

##### **ENDIVIDAMENTO**

Passivo/Activo Líquido – Bens do Domínio Público

O resultado obtido é de **18,70 %**, valor ligeiramente abaixo do registado em 2005 (18,75%) e apura a extensão com que a Autarquia utiliza o capital alheio no financiamento das suas actividades.

##### **ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO**

Dívidas a Terceiros – Curto Prazo/Fundos Próprios e Passivo

Dívidas a Terceiros – Curto Prazo / Fundos Próprios e Passivo

Este indicador evidencia que o peso das dívidas a terceiros de curto prazo representa apenas **7.8%** dos Fundos Próprios e Passivo da Autarquia. Valor idêntico ao verificado no exercício dos anos anteriores.

##### **GRAU DE DEPENDÊNCIA**

Empréstimos de Curto, Médio e Longo Prazo / Activo Líquido Total

O Rácio deste indicador é de **5,65%** medindo o grau de dependência do Activo Líquido Total relativamente aos empréstimos contraídos pela Câmara Municipal. Este valor situa-se abaixo ao verificado nos exercícios anteriores, 7,1% em 2004 e 6,2% em 2005. Significa que os empréstimos têm cada vez mais, menos peso na gestão desta Autarquia.

## RÁCIOS DE AUTONOMIA

### AUTONOMIA FINANCEIRA

Fundos Próprios e Passivo / Passivo Total

A autonomia financeira da autarquia estabilizou no exercício de 2006, verificando-se um resultado de **352,8%**, valor idêntico ao registado no ano de 2005 (357,3%), embora muito superiores aos valores verificados nos anos transactos de 2004 e 2003.

#### IV- EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

##### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Caracterização da Dívida		2006	2005	2004
1	Clientes e utentes c/cauções	11.278,51 €	11.278,51 €	11.278,51 €
2	Estado e outros Entes Públicos	26.851,56 €	29.808,30 €	27.022,75 €
3	Outros credores-Op.deTesouraria	33.473,65 €	24.744,96 €	23.731,14 €
<b>4</b>	<b>SOMA</b>	<b>71.603,72 €</b>	<b>65.831,77 €</b>	<b>62.032,40 €</b>
5	Fornecedores c/c	780.563,52 €	421.800,34 €	436.902,39 €
6	Estado e outras Instituições	0,00 €	0,00 €	0,00 €
7	Outras Dívidas	5.837,91 €	1.783,83 €	5.147,60 €
8	Fornecedores de imobilizado	956.987,84 €	1.182.009,50 €	863.459,88 €
9	Fornecedores de Leasing	155.471,16 €	145.914,28 €	121.441,87 €
<b>10</b>	<b>SOMA</b>	<b>1.898.860,43 €</b>	<b>1.751.507,95 €</b>	<b>1.426.951,74 €</b>
<b>11</b>	<b>SUB-TOTAL (4 + 10)</b>	<b>1.970.464,15 €</b>	<b>1.817.339,72 €</b>	<b>1.488.984,14 €</b>
12	- Empréstimos Contraídos	1.318.274,96 €	1.432.237,32 €	1.542.968,85 €
<b>13</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.288.739,11 €</b>	<b>3.249.577,04 €</b>	<b>3.031.952,99 €</b>

Deste mapa temos que excluir as importâncias a entregar ao Estado e outras Entidades através de movimentos de Operações de Tesouraria, conforme demonstra a soma do ponto 4, perfeitamente controlada mediante o saldo apresentado na respectiva conta.

Verifica-se que a dívida está numa situação estabilizada e controlada representando um valor abaixo dos 13% do Activo Bruto do Município, pese embora se registre um aumento um pouco acentuado aos fornecedores, que decorre, essencialmente, da circunstância desta Autarquia não ter recebido, até final do ano, as transferências das comparticipações referentes a obras já realizadas e, por conseguinte, não poder liquidar alguma facturação.

#### V – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Após análise do Balanço e da Demonstração de Resultados, em conformidade com o Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3 do mesmo diploma legal, propõe-se que:

- 1- O Resultado Líquido seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL – 2.7.3.2.);
- 2- A Aplicação do Resultado Líquido da forma que a seguir se apresenta (POCAL 2.7.3.3./4/5):

<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>100.658,39 €</b>
<b>Proposta de Aplicação:</b>	
a) - Reservas Legais [Conta 571 (Valor mínimo= 5%)]	5.032,92 €
b) - Para reforço do património (Conta 51)	
Por Resultados de 2005	95.625,47 €

#### VI- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

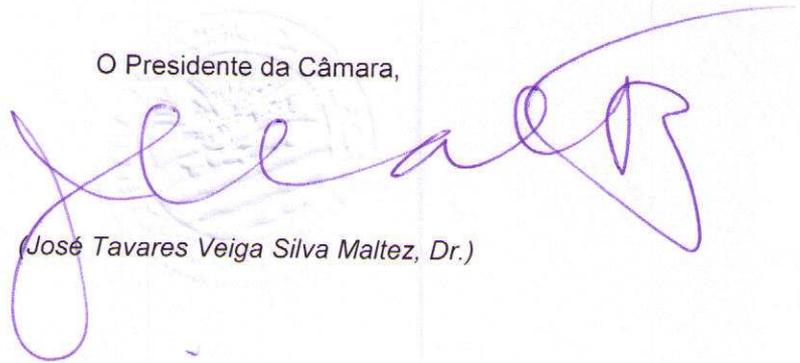
Neste ano de 2007 e após o encerramento do exercício de 2006 verificou-se em 15 de Janeiro a publicação no Diário da República da Lei Nº. 2/07 – Lei das Finanças Locais que revogou por completo a Lei Nº. 42/98 de 6 de Agosto, estabelecendo assim o novo regime financeiro dos municípios e das freguesias já a partir do corrente ano.

Em termos do Concelho da Golegã podemos salientar alguns aspectos que merecem ser registadas, nomeadamente a adjudicação das obras do Museu Rural e do edifício de apoio ao Estádio Municipal, o início da construção do novo Centro de Estágio, bem como a inauguração da Casa - Estúdio de Fotografia Carlos Relvas agendada para o dia 20 de Abril próximo.

É nossa convicção ter cumprido nas matérias em apreciação, declarando a nossa disponibilidade, que é permanente, para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que surjam sobre este conjunto de documentos, agora elaborados.

Golegã, 18 de Abril de 2006.

O Presidente da Câmara,



(José Tavares Veiga Silva Maltez, Dr.)